

# POVO LIVRE

## ORÇAMENTO DO ESTADO É UM ABSURDO SOCIAL PARA A CLASSE MÉDIA

### 8 PARLAMENTO

#### OE2024: Governo a reboque do PSD

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Joaquim Miranda Sarmiento, acusou Governo socialista de andar "a reboque dos sociais-democratas"

### 10 LOCAIS

#### PSD de Loulé critica "gestão à deriva" do executivo municipal

Cláudio Lima, Presidente do PSD de Loulé, lembra que "há muito tempo que tem alertado para esta gestão à deriva, sem rasgo, sem estratégia de longo prazo"

### 12 REGIONAIS

#### Presidente do Governo açoriano critica estratégia socialista na habitação

José Manuel Bolieiro considera que a estratégia do atual executivo no setor permite passar de "um tempo de propaganda e inação" para "um capital de esperança"

# O orçamento do país da fantasia

**O Orçamento de Estado para 2024 representa um aumento extraordinário de impostos indiretos na ordem dos 2735 Milhões de Euros**

**EMÍLIA SANTOS**

Diretora do Povo Livre

Por entre as inúmeras críticas que podemos fazer, legítima e justificadamente, a este Governo, há espaço para um elogio público à sua prodigiosa criatividade.

Ao longo destes anos, têm sido inúmeros os exemplos que refletem essa característica ímpar, invariavelmente usada para disfarçar a ineficiência, a inoperância ou mesmo a incompetência que o caracteriza, quando não para enganar os cidadãos - como é por demais evidente com a proposta de Orçamento de Estado (OE) para 2024.

A forma como o Governo preparou a comunicação e a apresentação da proposta de OE é, aliás, particularmente elucidativa do racional que subjaz à sua prática política. Consciente das principais expectativas dos cidadãos em relação a este documento – sustentadas, sublinhe-se, no excelente trabalho realizado pelo PSD com a proposta de reforma fiscal para Portugal apresentada na rentrée – o Governo fez por antecipar a divulgação de algumas medidas aparentemente positivas para, desde o início, moldar a perceção pública (e publicada) a seu favor e, assim, conseguir controlar melhor o debate político.

Todavia, o que o Governo ainda não percebeu – ou tem relutância em perceber – é que, no PSD, encara-se estas matérias com enorme seriedade e rigor e que, por isso, não deixamos passar em claro as profundas fragilidades e incoerências de um OE que, claramente, remete para um país da fantasia.

Tomemos como exemplo o anúncio de que um jovem vai ganhar 6074€ anuais com este OE, tendo por base que o seu vencimento mensal bruto é de 1100€, que reside numa casa em Lisboa com uma renda mensal de 600€, que frequenta um mestrado e faz uso de transportes públicos. Um ganho que decorrerá de benefícios de IRS Jovem, do programa Porta 65, do usufruto de passe gratuito e de um prémio por formação profissional para os estudos.



Com rigor e verdade, quantos jovens se conhece nesta condição, em Lisboa ou em qualquer parte do país?

Só a notória falta de contacto com a realidade quotidiana dos nossos cidadãos pode justificar aquele anúncio como, também, o anúncio do aumento do IUC para os carros mais antigos, que são, precisamente, das pessoas que não têm possibilidades financeiras para adquirirem viaturas novas, como é o caso de muitas famílias e de idosos que não têm acesso a transportes públicos nas zonas onde vivem para se deslocarem a unidades de saúde ou a hospitais (quando estão abertos) que estão a vários quilómetros de distância.

Outro exemplo: a decisão de taxar o uso em vez de se promover a reciclagem e os comportamentos de reutilização, tornando gritantemente evidente a ausência da legislação da tara para os plásticos e dos pontos de recolha, que asseguraria um efetivo ganho para quem aplica a reciclagem destes materiais.

E o que dizer das creches grátis, propagandeadas ad nauseum mas sem qualquer correspondência em termos de oferta?

Mas há uma coisa que não é fantasia, antes pelo contrário, é bem verdade: o Orçamento de Estado para 2024 representa um aumento extraordinário de impostos indiretos na ordem dos 2735 Milhões de Euros, o que reduz, de sobremaneira, o impacto que a suposta redução de 1682ME no IRS poderia ter na vida dos portugueses.

Sobejam, pois, razões para se recusar esta proposta de OE e, ao mesmo tempo, para o PSD prosseguir, com redobrado empenho e sentido de compromisso, o trabalho que está a fazer na construção de uma alternativa séria e de confiança para o país. É isso que os Portugueses esperam de nós.



# ORÇAMENTO DO ESTADO É UM ABSURDO SOCIAL PARA A CLASSE MÉDIA

Luís Montenegro critica a “visão tacanha” de sociedade que o Governo expressa na proposta de Orçamento do Estado para 2024, ao reduzir o IRS apenas nos cinco primeiros escalões, para os rendimentos brutos dos agregados familiares que auferem até 2000 euros por mês.





“O que o Governo está a dizer ao país é que quem ganha mais de 900 ou 1000 euros em Portugal é uma pessoa rica. Isso é um absurdo social. Isso é ter uma visão tacanha de uma sociedade”, acusou.

Esta quarta-feira, no 2.º dia do “Sentir Portugal no Porto”, na Póvoa de Varzim, o Presidente do PSD lamentou que o Executivo queira “nivelar a sociedade por baixo”, “queira toda a gente a ganhar o salário mínimo ou pouco acima do salário mínimo [nacional]”.

“Nós temos uma visão diferente. Para nós, a classe média, abarca todos aqueles que têm rendimentos até ao 8.º escalão, e ganham mais do que 1000, 1200, 1300, 2000 euros em termos líquidos. Isto não é uma fortuna”, ressaltou.

Luís Montenegro lembra que as famílias têm despesas fixas todos os meses com a “alimentação, alojamento, habitação, deslocação, energia/combustíveis”, pelo que o Governo, “quando fala de classe média, devia estar a olhar para uma abrangência maior do que aquela com que o faz” na proposta orçamental.

Num ano em que os contribuintes vão sentir mais um “recorde em termos de receita e de carga fiscais”, segundo Luís Montenegro, seria de esperar que o retorno dado “às insti-



tuições e à às famílias” nos serviços públicos fosse positivo.

“Sobre o Orçamento do Estado, um governo do PSD teria muito mais ambicioso, por exemplo, na amplitude da diminuição do IRS. Acabar no 5.º escalão é limitar a quem ganha em termos de salário líquido cerca de 1000 euros ou até menos, estamos a falar de agregados familiares que têm um rendimento bruto de 1800 euros por mês grosso modo. Se forem duas pessoas a trabalharem sem legado familiar, estamos a falar de um agregado familiar em que cada um dos seus elementos

ganha 900 euros em termos brutos”, assinalou.

#### ACORDO COM OS OFICIAIS DE JUSTIÇA É IMPORTANTE PARA OS CIDADÃOS E EMPRESAS

Luís Montenegro exorta o Governo a encontrar soluções para os problemas da Justiça, setor onde se agrava a insatisfação de todos os operadores judiciais e que lesa a vida dos cidadãos, instituições e empresas.

“Nos setores mais importantes do Estado há um constante clima de

insatisfação. Isso gera dificuldades de recrutamento, que se repercute na vida do país com prejuízos para as pessoas”, afirmou.

Em Vila do Conde, esta sexta-feira, no 4.º dia do “Sentir Portugal no Porto”, Luís Montenegro apontou “125 mil diligências” e um total de “de quatro milhões de atos processuais adiados” nos tribunais, situação que, no seu entender, “exige uma rápida resposta do Governo”.

“Estive reunido com o Sindicato dos Oficiais de Justiça e percebi o quão importante é o Governo fechar um acordo com estes profissionais, porque as paragens e greves neste setor, (...) também por melhores condições da carreira, estão a causar graves prejuízos aos cidadãos e as empresas nos tribunais”, especificou.

”

**O país que eu vou vendo na rua é muito diferente dos títulos dos jornais, daquilo que chega a casa por via da propaganda política, que é o princípio e o fim do governo do Partido Socialista**







O Presidente do PSD visitou esta manhã uma exploração agrícola, num concelho onde o setor leiteiro tem forte implantação. “A agricultura tem sido um parente pobre da política deste Governo. Temos uma ministra que vive de costas voltadas para os agricultores, e ninguém no setor consegue ter um diálogo permanente com ela. Há grandes constrangimentos, excessos de burocracia e atrasos nos pagamentos dos apoios”, acusou.

Luís Montenegro lembra que a “pandemia e as guerras trouxeram um aumento dos preços dos fatores de produção”, afirmando que o setor “necessita de políticas públicas que lhe dê sustentabilidade”.

### O PROBLEMA É A INCOMPETÊNCIA DOS SOCIALISTAS

Luís Montenegro considera que o estado da saúde e da escola pública se deve à “incompetência” dos governos socialistas.

“O Primeiro-Ministro acha que o problema das urgências são os utentes. Amanhã, talvez vá dizer que o problema das escolas são os alunos. Não, dr. António Costa, o problema nem são os utentes nem os alunos, o problema são os governos

do PS e a incompetência dos governos do PS”, afirmou.

Perante 1300 militantes e simpatizantes, em Amarante, durante um jantar que assinalava os 10 anos da conquista pela coligação PSD/CDS desta autarquia, Luís Montenegro disse que “Portugal sofre as consequências da incompetência, da falta de sentido estratégico, da falta de coragem transformadora dos governos do PS”, recordando que, em 2015, quando o PSD saiu do Governo, o país “estava melhor do que agora”, em várias áreas, como a educação e a saúde.

“Na saúde, hoje há mais portugueses sem médico de família do que em 2015, com metade do dinheiro que hoje se gasta no sistema, nós tínhamos uma capacidade de resposta, um acesso dos utentes ao SNS melhor do que hoje existe em Portugal”, defendeu.

Na escola pública, não havia “inícios de anos letivos onde não faltavam professores nas escolas”, os “resultados nas disciplinas nucleares eram muito melhores” e não havia “professores em guerra aberta com a tutela”, disse.

Por isso, apontou o líder do PSD, “os grandes amigos das empresas privadas” têm sido “os socialistas, os comunistas e os bloquistas”, responsáveis pelo “abandono” dos sistemas públicos da educação e da saúde. “Na educação, como de resto na saúde, os maiores amigos das empresas privadas de saúde e de educação são os socialistas, os comunistas e os bloquistas que, ao abandonarem os sistemas públicos, a escola pública e as unidades de saúde públicas, empurram as pessoas para a oferta do sistema privado. (...) Só vai ao privado quem





tem dinheiro e quem não tem dinheiro fica na porta do hospital, na porta do centro de saúde e na porta da escola que não tem professores”, salientou.

Antes, lembrou que no ensino privado “não há uma única vaga no país inteiro”, acrescentando que, “só no ensino secundário, 22% dos alunos portugueses já estudam em escolas privadas”.

Luís Montenegro acentuou as críticas: “Quem governou Portugal nos últimos anos não foi nenhum partido liberal, não foi nenhum partido neoliberal, de uma direita assustadora, quem governou Portugal foram os socialistas, os comunistas e os bloquistas”.

Luís Montenegro censurou ainda o “aumento da carga fiscal” no Orçamento do Estado para 2024, e acusou António Costa de ser “o maior cobrador de impostos da história de Portugal de todos os tempos”.

“Este orçamento dá uma aparência que está a dar com uma mão, mas com as duas vai fazer aquilo em que o dr. António Costa se tor-

nou o grande especialista, a grande referência. António Costa é o maior cobrador de impostos da história de Portugal de todos os tempos”, qualificou.

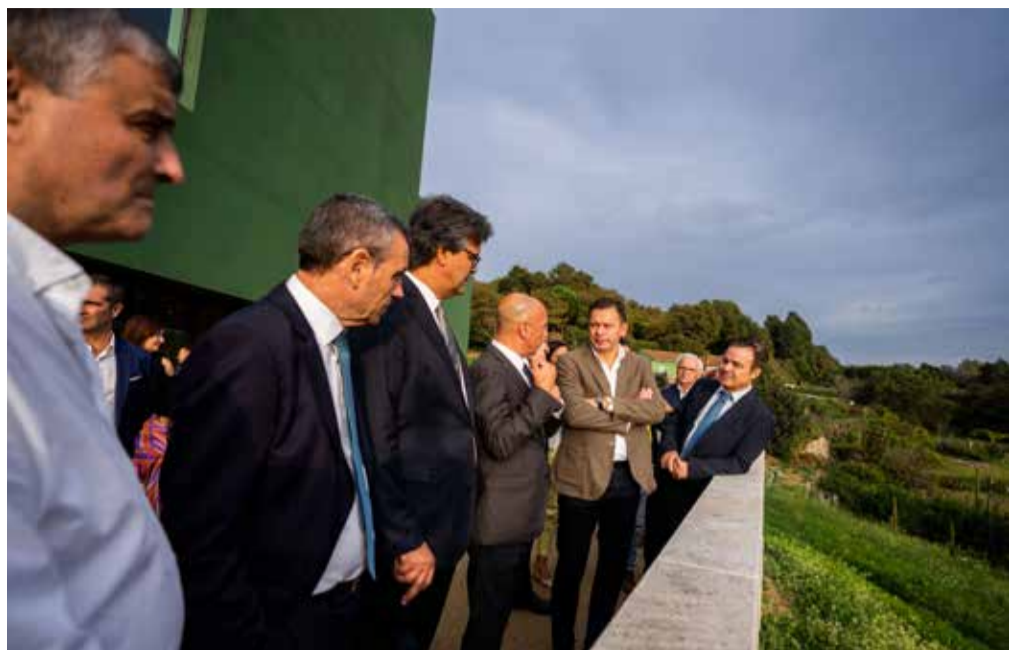
O líder social-democrata concluiu que “há um movimento de mudança que vai levar o PSD ao governo de Portugal”, para “dar o futuro” que o país “merece”.

### O PAÍS REAL É MUITO DIFERENTE DO PAÍS SOCIALISTA

Luís Montenegro diz que o país real é muito diferente do país socialista e do Primeiro-Ministro.

“O país que eu vou vendo na rua é muito diferente dos títulos dos jornais, daquilo que chega a casa por via da propaganda política, que é o princípio e o fim do governo do Partido Socialista”, acusou.

No último dia do “Sentir Portugal no Porto”, no sábado, em Paços de Ferreira, e depois de percorrer os 18 concelhos daquele distrito, o Presidente do PSD apontou como marcas de António Costa “a asfixia fiscal, im-



postos sempre a bater recordes, e ao mesmo tempo o definhamento dos serviços públicos essenciais”.

“O país real, o país com que todos os portugueses enfrentam, aqui no distrito do Porto, diariamente, não tem nada a ver com aquela pompa com se fala da economia, do futuro, da realidade”, observou, frisando que “os jovens não conseguem fixar-se e os estudantes não conseguem ter alojamento” para frequentar “a universidade e o politécnico”.

No Grande Porto, tal como em todo o território nacional, a saúde, a educação, a agricultura, a indústria e o apoio às empresas vivem “um grande sentimento de frustração”.

“Sentir Portugal no Porto” esteve em todos os 18 concelhos do distrito: Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Marco de Canaveses, Matosinhos, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.



**Para o Governo quem ganha mais de 900 ou 1000 euros em Portugal é uma pessoa rica. Isso é um absurdo social. Isso é ter uma visão tacanha de uma sociedade**



# UM PROGRAMA DE EMERGÊNCIA SOCIAL PARA A CLASSE MÉDIA

JORNADAS PARLAMENTARES DO PSD | ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



## OE2024: GOVERNO A REBOQUE DO PSD

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Joaquim Miranda Sarmiento, acusou Governo socialista de andar “a reboque dos sociais-democratas”.

Na sessão de abertura das jornadas parlamentares do PSD, dia 16, na Assembleia da República, Joaquim Miranda Sarmiento considerou que a proposta do executivo para o Orçamento do Estado para 2024 “vem a reboque das propostas do PSD” e “veio de forma coxa”.

O líder parlamentar do PSD recordou que o partido propôs, ainda antes da apresentação do Orçamento socialista, um alívio fiscal para as famílias no valor de 1200 milhões de euros já para 2023, ou seja, com efeitos ainda este ano, além de se aplicar em 2024, e abrangendo mais escalões, logo mais famílias.

As jornadas parlamentares do PSD decorrem na Assembleia da República, sob o lema “Um Programa de Emergência Social para a Classe Média”, terminando amanhã com a intervenção do Presidente do partido, Luís Montenegro.

Joaquim Miranda Sarmiento repetiu

as cinco prioridades apresentadas pelo PSD um dia antes de o Governo ter entregado a proposta de Orçamento no Parlamento e que passam pelo aumento de rendimentos, da produtividade, medidas na área da saúde, habitação e educação, incluindo a recuperação integral do tempo de serviços dos professores, à razão de 20% ao ano.

**HUGO SOARES: QUANDO O PS GOVERNA, EMPOBRECEMOS TODOS**

Por sua vez, o Secretário-geral do PSD, Hugo Soares, afirmou, na Assembleia da República, que “quando o PS governa, empobrecemos todos”.

Na sessão de abertura das jornadas parlamentares do Grupo Parlamentar do PSD, Hugo Soares defendeu que a proposta de Orçamento do Estado de 2024, dos socialistas, não responde aos problemas reais dos portugueses em áreas como a educação, saúde ou justiça, e acusou ainda o Governo socialista de eleitoralismo.

“A baixa do IRS é uma espécie de baixar a máscara por parte do partido que governa o país: andavam a dizer que não apoiavam a proposta pelo

PSD já para este ano porque não tinham folga orçamental. Afinal não era um problema orçamental, era um problema eleitoral: querem é baixar o IRS em ano de eleições europeias, não se preocupando com as questões sociais em 2023”, acusou o Secretário-Geral do PSD.

Para Hugo Soares, os socialistas não dão lições ao PSD sobre as contas certas, porque o PS já levou o País à bancarrota por três vezes.

O dirigente social-democrata desafiou também o Primeiro-Ministro a esclarecer o processo da EFACEC, depois do ministro da Economia ter reconhecido – numa entrevista ao Jornal de Negócios – que este dossiê vai ter custos maiores para o Estado: “Sempre que o Governo intervém, sempre que o Governo põe a mão, há sempre uma consequência: os impostos dos portugueses são direcionados para onde não deviam em vez das famílias”.





# CELORICO DE BASTO DISPONIBILIZA 20 MIL EUROS PARA ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM

Celorico de Basto vai promover o projeto Orçamento Participativo Jovem (OPJ), com uma dotação de 20 mil euros, para estimular a participação cívica dos mais novos, anunciou o município.

“Mais do que o valor que vai resultar, o OPJ pretende estimular a participação cívica dos nossos jovens nas decisões coletivas”, explica o Presidente da Câmara, José Peixoto Lima.

O projeto está aberto à participação da população daquele concelho do distrito de Braga, dos 14 aos 35 anos de idade, podendo concorrer com propostas coletivas ou individuais.

“Estamos à procura de projetos que façam a diferença. Todas as boas ideias serão bem-vindas”, comenta, por seu turno, a vereadora da Juventude, Maria José Marinho, destacando as vantagens de, através do OPJ, promover “o diálogo do município com os jovens e restante sociedade civil em prol do concelho”.

O período de submissão das propostas vai decorrer de domingo até ao dia 31 de dezembro, decorrendo uma posterior avaliação técnica, processo que incluirá representantes camarários e elementos do Conselho Municipal da Juventude, órgão que está a ser reativado pela autarquia.

Os projetos serão submetidos a uma votação aberta à população (presencial ou online) para escolha do vencedor, que será divulgado na primeira semana de 2024.

A ideia escolhida será implementada pela câmara municipal, constituindo mais uma medida enquadrada na política de “reforço dos apoios à juventude que o atual executivo tem implementado”, nomeadamente ao nível dos transportes escolares, bolsas de estudo e de mérito, além dos subsídios às associações, de acordo com o presidente do executivo.



# PSD DE MATOSINHOS PROPÕE PROGRAMAS PARA PROMOVER UM ENVELHECIMENTO ATIVO



O PSD de Matosinhos quer criar um “programa de avóspedagem”, projetos de apoio para situações pós-cirurgia, aquisição de serviços ou adaptação de infraestruturas e uma linha de apoio para “promover um envelhecimento ativo, digno e justo, foi hoje divulgado.

Em comunicado, aquela estrutura partidária, anunciou que vai apresentar na reunião do executivo da Câmara Municipal de Matosinhos, no distrito do Porto, que decorre segunda-feira, um conjunto de 12 medidas dedicadas aos idosos do concelho.

“É necessário garantir que a população idosa viva um envelhecimento saudável com assistência social, preservando a sua autonomia e realização pessoal, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população”, explica o PSD.

Entre as medidas apresentadas, destaque para a criação de “programa avóspedagem”, que pretende “promover a convivência intergeracional, bem como combater o isolamento social da população idosa”, assegurando também “o alojamento de jovens universitários, residentes fora do concelho de Matosinhos, em habitações de seniores de Matosinhos, a custos reduzidos”.

A criação de comunidades seniores é outra medida que vai ser proposta: “O conceito de comunidades seniores destaca-se pela facilidade de estabelecer moradia em um local mais central que possua infraestruturas de qualidade e possibilidade de promover a sociabilidade com outros moradores, com a vantagem de criar um ambiente que facilita e promove as interações sociais, mas garante a privacidade na unidade de habitação individual”, explica o texto.

Os sociais-democratas vão também propor a construção de lares e centros de dia de centro de dia para idosos com problemas psiquiátricos e instalações para estadias curtas pós-cirurgias em lares.

No pacote de medidas são também propostos programas de apoios financeiro para aquisição de medicamentos, aquisição de bens e serviços ao domicílio e para a adaptação de infraestruturas.

A disponibilização de produtos a munícipes, em articulação com entidades do concelho, equipamentos, designadamente cadeira de rodas e andarilhos, a título de empréstimo, a munícipes com poucos recursos económicos é outra das propostas do PSD de Matosinhos, assim como a criação de um programa de voluntariado sénior.

Os vereadores do PSD vão igualmente propor a criação de uma linha de apoio telefónico ao cidadão sénior “para suporte de apoio psicológica, apoio de serviços a situações urgentes de cariz social e obtenção de informações sobre diferentes áreas, desde a ação social, projetos, equipamentos de apoio existentes no concelho, habitação, atividades de lazer, entre outras”.

Por fim, o PSD vai propor que seja feito um inquérito municipal a idosos a realizar de dois em dois anos para que seja feito o diagnóstico às pessoas com mais de 65 anos, que beneficiem de apoio domiciliário ou que estejam em lares de terceira idade no município de Matosinhos.



# GOVERNO É RESPONSÁVEL PELO FECHO DE URGÊNCIA DE CIRURGIA EM AVEIRO NO FIM DE SEMANA

**A comissão política concelhia de Aveiro do PSD responsabilizou o Governo pelo fecho, nas noites do fim de semana, da urgência de cirurgia geral no hospital local, devido à recusa dos médicos às horas extraordinárias.**



Em comunicado, o PSD de Aveiro crítica o Governo pela falta de reformas no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e pede a abertura do curso de Medicina na Universidade de Aveiro (UA) em 2024/2025.

Na sexta-feira, a administração hospitalar do Hospital de Aveiro informou que urgência de cirurgia estaria encerrada nos períodos noturnos entre sábado e hoje, devido à recusa dos médicos em trabalhar mais horas extraordinárias.

A comissão política do PSD da secção de Aveiro considera hoje “incompreensível” este encerramento, facto que diz ser “da total e inteira responsabilidade do Governo do Partido Socialista (PS)”.

“O PSD Aveiro exige desta forma ao Governo do PS que faça o seu trabalho de reforma global do SNS, nomeadamente a regulação deste grave conflito, procurando pontos de consenso junto da Ordem, dos Sindi-

catos e dos próprios Médicos, para resolver este grave problema, conforme é a sua competência e que afeta principalmente os que menos têm e os que mais precisam do Estado para cuidar da sua Saúde”, reclama.

No comunicado é também defendida a necessidade da abertura do curso de Medicina na Universidade de Aveiro (UA), no próximo ano letivo (2024/2025), e que “avance com a aplicação prática e urgente” da decisão da criação das Unidades Locais de Saúde (ULS).

No comunicado dedicado ao tema da saúde, o PSD de Aveiro vinca a importância de colocar em funcionamento uma administração comum e articulada entre o Centro Hospitalar do Baixo Vouga e as Unidades de Saúde da mesma área geográfica, “para que seja possível aumentar a produtividade e eficiência das Unidades de Saúde, que devido à sua inoperância são corresponsáveis pela pressão sobre

as urgências hospitalares”.

No início deste mês, o conselho de administração do Hospital de Aveiro informou que tinha sido obrigado a intervir, elaborando uma escala alternativa para garantir a prestação de cuidados cirúrgicos no serviço de Urgência do Hospital de Aveiro, durante a primeira semana, “na salvaguarda da segurança dos doentes emergentes e urgentes”.

Esta decisão, segundo a administração, prendeu-se com o facto de a direção do Serviço de Cirurgia Geral ter apresentado uma proposta para o encerramento das urgências cirúrgicas no período da noite e o encerramento completo durante os fins de semana, durante todo o mês de outubro.

Na altura, a administração hospitalar referiu ainda que a escusa de um número elevado de médicos em realizar horas extraordinárias no serviço de Urgência estava a criar “constrangimentos na elaboração de escalas”.



# PSD DE LOULÉ CRITICA “GESTÃO À DERIVA” DO EXECUTIVO MUNICIPAL



O PSD de Loulé critica a atuação do Partido Socialista e da Câmara Municipal de Loulé por causa da instabilidade no executivo.

“O Partido Socialista continua a desrespeitar o órgão que ele próprio dirige – o executivo da Câmara Municipal – não prestando as informações que deveria a todos os vereadores eleitos pelo povo. Desrespeitando assim, igualmente, todos os eleitores do concelho de Loulé. Uma reafirmação de pelouros, a demissão da sua Vice-Presidente, eleita há pouco mais de 2 anos, naquele que é o seu último mandato, é tudo menos normal. Há muito que se nota cansaço de governação, e o desgaste muito acima do normal por parte deste

executivo do Partido Socialista na Câmara Municipal de Loulé”, censurou em comunicado.

Cláudio Lima, Presidente do PSD de Loulé, lembra que “há muito tempo que tem alertado para esta gestão à deriva, sem rasgo, sem estratégia de longo prazo, em que, inevitavelmente, quem fica gravemente prejudicado somos todos nós, os munícipes deste grande concelho”.

“Ano após ano, os projetos mais importantes vão ficando para trás, as promessas são desfeitas, e as principais linhas programáticas do seu programa eleitoral – aquelas que levaram as pessoas a votar no Partido Socialista nas últimas eleições – são ignorada”, acrescenta.

No entender da estrutura social-democrata algarvia, “a instabilidade interna” ao longo dos anos” tem desembocado em “demissões e saídas de peso”. “Basta recordar as do anterior Presidente da Assembleia Municipal – Adriano Pimpão, as da vereadora Heloísa Madeira da pasta do Urbanismo – uma das mais importantes na gestão camarária, e ousando recuar mais uns anos, a saída de Hugo Nunes numa das primeiras remodelações que o senhor Presidente decidiu empreender no final do seu primeiro mandato, apelidando-a, ela também, de ‘natural’”, referiu.

“Em suma, as demissões e as renúncias são mais uma infeliz, mas

indesmentível imagem de marca deste executivo do PS. Quem mais fica prejudicado desta evidente falta de liderança, são os munícipes. Um executivo forte tornará sempre o concelho mais forte, na medida em que será capaz de exigir mais do governo central, mais de si próprio, em prol de quem os elegeu e do território que governa. Um executivo fraco, assume obras que deveria ser o estado central a pagar sem nada pedir em troca, e não reclama por mais investimento público, mais obras, mais atenção do governo da República às necessidades do concelho. Hoje, a apatia, o ‘deixa andar’, as saídas de funcionários com pastas importantes a seu cargo, assim como as



reestruturas orgânicas sem eficácia, não deixam margem para dúvidas: o Partido Socialista está cansado. Cansado de governar. E tudo o que tem acontecido na gestão da Câmara Municipal de Loulé, é tudo menos “normal”, e é indisfarçável o embaraço, a fragilidade e o esgotamento com que o Partido Socialista se apresenta agora para governar estes últimos 2 anos”, salienta.

O PSD de Loulé, enquanto principal partido da oposição no concelho de Loulé, “continuará a desempenhar o seu papel e está preparado para, quando os eleitores do concelho assim o decidir, assumir a governação deste grande município”.

### ÁGUA E ESGOTOS, UMA PRIORIDADE

Pela voz dos vereadores do PSD Loulé, Rui Cristina e João Paulo Sousa foi apresentado ao executivo municipal da autarquia de Loulé uma proposta para que sejam prestadas contas aos munícipes dos atrasos das obras relativas ao fornecimento de água e redes de esgotos, com incidência no presente mandato, explicitando claramente porque não avançam investimentos que têm cobertura financeira no orçamento municipal.

Na sua proposta, os vereadores elencam as obras inscritas no programa eleitoral do Partido Socialista, designadamente as novas redes de abastecimento de água e esgotos ao longo da EN125 entre Maritenda, Benfarras, Conseguinte e as Quatro Estradas e a remodelação das redes de abastecimento de água de São Faustino, Alfontes, Vale de Silves, Tenoca, Campina, Ribeiro, Cerca da Areia e áreas limítrofes.

Para Rui Cristina, “a presente iniciativa do PSD está em linha com a sua posição de sempre ter defendido a questão de abastecimento de água e construção de rede de esgotos em todo o nosso concelho. Estamos em pleno século XXI, e é inadmissível que se prolongue para muitas das localidades a situação de não terem acesso a estes equipamentos essenciais”.

No documento, os vereadores do PSD referem ainda estarem por cumprir promessas anteriores, como a rede de fornecimento de água na zona da Ladeira, Parreira e Alfontes,

onde as populações são abastecidas por um furo.

“O tempo está a passar e, com a seca que tem fustigado a nossa região e tem agravado as alterações climáticas, os furos estão a secar. Em 2022 os furos já secaram em julho e agosto. Os munícipes correm o risco de dependerem de entregas de água, desconhecendo-se quem vai fazer a entrega, em que moldes e quando. Como é possível o executivo camarário não promover as obras necessárias, já prometidas há 2 mandatos?”, questiona também Rui Cristina.

Na sua proposta, Rui Cristina e João Paulo Sousa afirmam existirem no concelho de Loulé outras localidades sem água e esgotos, considerando ser imprescindível a realização desta infraestrutura em Pereiras de Almancil e referem ainda a inexplicável situação das populações em Vale da Venda, impedidas de fazer a ligação às condutas de esgotos existentes.

Exigem também que o Departamento de Obras e Gestão de Infrastru-

no concelho mais rico do Algarve, com as populações sem as mínimas condições necessárias à vida quotidiana, e num período em que a Câmara Municipal tem um orçamento saudável e contas equilibradas, com o balancete de 2 de outubro de 2023 a registar um saldo positivo no montante de 87.220.036,21 euros”, alerta ainda Rui Cristina.

Neste contexto, Rui Cristina e João Paulo Sousa pretendem que o executivo municipal “explique por escrito e de forma detalhada, num relatório a entregar em Reunião de Câmara, as razões para este atraso nas obras, em particular as que foram inscritas nos programas eleitorais do Partido Socialista como promessas”.

No documento, instam a que o “Presidente de Câmara, no sentido de prestar contas aos munícipes, apresente um calendário realista quanto à execução e conclusão das obras relativas ao fornecimento de água e redes de esgotos, com incidência no presente mandato, explicitando claramente porque não avançam investimentos que têm cobertura fi-



turas Municipais venha esclarecer como é possível abrir um concurso público para execução da empreitada de “redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas das localidades de Sobradinho, Alfeição e Lagoa de

Momprolé”, com erros e omissões do caderno de encargos, apenas detetados pelas empresas concorrentes, mas cuja dimensão obriga à prorrogação do prazo do concurso.

“Esta situação de carência decorre

nanceira no orçamento municipal”.

A proposta foi apresentada na reunião do executivo camarário de 2 de outubro de 2023 e foi aprovada por unanimidade.





## PSD EXIGE AVANÇO DO CENTRO ONCOLÓGICO DO ALGARVE

O Presidente do PSD do Algarve, Cristóvão Norte, exigiu o avanço do Centro Oncológico do Algarve, que diz estar em risco de ficar parado após duas entidades tuteladas pelo Ministério da Saúde terem emitido pareceres desfavoráveis ao projeto.

Em comunicado, o dirigente refere que os pareceres desfavoráveis provêm da Administração Regional de Saúde (ARS) do Algarve, numa primeira instância, e da comissão que coordena os estudos tendentes ao eventual lançamento do novo hospital central do Algarve.

“Não obstante, em março do corrente ano, o compromisso público do primeiro-ministro, António Costa, de avanço do projeto, interrogamo-nos sobre o que a sua palavra vale em tantos domínios da vida do Algarve e do país”, lê-se na nota.

No final de junho, o Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA)

adjudicou os projetos de execução e especialidades para o centro oncológico, que permitirá tratar num único espaço até três mil doentes com cancro por ano.

“O processo relativo ao novo Centro Oncológico de Referência do Sul ameaça transformar-se num absurdo enredo kafkiano, tal são as complicações a que está sujeito”, prossegue Cristóvão Norte, lamentando que o projeto tenha sido chumbado por dois pareceres negativos de organismos públicos.

Para Cristóvão Norte, é “absurdo” que o Governo estabeleça que um projeto é para realizar, e que sejam entidades que tutela que impedem que o processo avance, “enquanto se despendem cinco milhões por ano para enviar doentes oncológicos para Espanha”.

Segundo aquele responsável, o projeto já tem participação comu-

nitária garantida de 60% do valor total para o centro, que ascenderia a 14 milhões de euros.

Segundo Cristóvão Norte, este projeto é vital “para dar resposta a 1.500 doentes diagnosticados com cancro na região, assegurando que podem ser mais rapidamente diagnosticados e tratados no Algarve, pondo cobro ao calvário” de irem para Espanha ou para Lisboa para fazer tratamentos.

“É uma muito necessária valência que não avança porque não há rei nem roque. Uns dizem que se deve situar o centro oncológico dentro do futuro hospital, os outros dizem que deve ser na porta ao lado. É urgente resolver este problema”, sublinha.

O futuro equipamento vai permitir reunir, num único espaço físico, a possibilidade de diagnósticos, tratamentos e investigação na área da oncologia, representando um

investimento total de 14 milhões de euros (40% financiados pelo CHUA e o restante pelo Programa Regional Algarve 2030). As estimativas apontam para que o novo centro, que vai ser construído no Parque das Cidades Faro-Loulé, possa, anualmente, dar resposta até três mil doentes com cancro. O centro tem previsto ocupar uma área com cerca de 5.500 metros quadrados e permitirá reunir todas as valências da área da Oncologia e Imagiologia necessárias para que os doentes não precisem de sair da região do Algarve para serem tratados.

Anualmente, há cerca de 1.500 doentes oncológicos diagnosticados anualmente no Algarve e vários são encaminhados para exames e tratamentos em Lisboa ou Sevilha, respetivamente, a 280 e a 200 quilómetros de Faro.



# PRESIDENTE DO GOVERNO AÇORIANO CRITICA ESTRATÉGIA SOCIALISTA NA HABITAÇÃO



O Presidente do Governo dos Açores afirmou, no início do Roteiro da Habitação, que a estratégia do atual executivo no setor permite passar de “um tempo de propaganda e inação”, numa referência aos executivos socialistas, para “um capital de esperança”.

“Estamos hoje a deixar bem a nota com evidência factual e não com palavras apenas. Hoje sinalizamos isso no início deste roteiro. Estamos a traçar a estratégia habitacional para os Açores, e, em particular em São Miguel, que põe fim a um tempo onde houve propaganda e inação”, sustentou José Manuel Bolieiro, numa crítica aos anos de governação socialista.

O chefe do executivo açoriano (PSD/CDS-PP/PPM) e o vice-Presidente do Governo, Artur Lima, com a tutela da habitação, iniciaram hoje um ‘Roteiro da Habitação na ilha de São Miguel’, que termina na sexta-feira.

Na Ribeira Grande foi apresentado o projeto para o empreendimento habitacional de ‘Trás-Os-Mosteiros’, um empreendimento de apartamentos com cerca de 15 anos e que se encontrava inacabado.

“Estamos a passar de um tempo de desespero para um capital de esperança”, sublinhou o governante, assinalando que a conclusão do empreendimento inacabado, na Ribeira Grande, vai permitir a construção de

52 casas, em modelos T1, T2 e T3, num investimento de 6,6 milhões de euros, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Por isso, venceu: “Estamos a dar um passo não de mera promessa, mas de concretização”.

Numa referência ao empreendimento inacabado, e em estado de degradação, na Ribeira Grande, José Manuel Bolieiro sublinhou que a concretização agora do projeto urbanístico constitui “uma oportunidade de mais oferta habitacional” para as famílias.

Segundo José Manuel Bolieiro, a oferta habitacional constitui uma exigência para uma plena “dignidade social”, sendo fundamental para

“fixar populações e evitar o despovoamento”.

O Presidente do Governo Regional destacou o atual tempo de “trabalho silencioso e eficaz” de concretizações, o que afirmou representar uma “diferença de atitude” na governação.

“Estamos a tratar todos e não apenas as classes de maior necessidade. Estamos a servir bem as populações e a passar das palavras aos atos”, garantiu.

José Manuel Bolieiro realçou, também, que a região tem a sua “própria política de habitação”.

“E dela não prescindimos, porque é o nosso exercício autonómico”, reforçou.



# GOVERNO REGIONAL ALARGA APOIO ÀS FAMÍLIAS COM CRÉDITO À HABITAÇÃO

Vitória Pereira, deputada do PSD dos Açores, saudou o Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) “por alargar apoio às famílias com crédito à habitação para fazerem face ao aumento das prestações”.

Para a parlamentar social-democrata, “a atenção do Executivo Regional para com a situação que se vive mediante o aumento das taxas de juro que afeta a vida familiar, está patente nas alterações que agora se verificam no acesso ao programa de apoio financeiro – CREDITHAB”.

“O Governo da Coligação não baixou os braços e procedeu a uma segunda alteração ao regulamento do apoio transitório, a fundo perdido, aumentando o valor elegível de empréstimo concedido dos 200 mil para os 250 mil euros, sem necessidade de pedido prévio de renegociação com a banca”, enaltece.

De salientar ainda que “o apoio nos juros do crédito à habitação é mais favorável nos Açores, desde logo por abranger os empréstimos cuja taxa de juro se pontua acima de 1%, com um limite anual de apoio até 2400 euros, enquanto no continente português vai apenas até 800 euros”, frisa.

Além disso, assiste-se igualmente “a uma modificação da taxa de esforço

para os empréstimos contraídos até 31 de julho de 2022, que passa pela taxa de esforço superior a 35%”, salvaguarda a deputada.

Vitória Pereira considera, assim, que “o Governo liderado por José Manuel Bolieiro revela consistência no apoio às famílias, correspondendo à necessidade da revisão do limite do capital máximo, dado ao aumento substancial do preço médio dos mais recentes créditos contratualizados”.

A deputada do PSD/Açores destaca que “a linha de apoio complementar de bonificação dos juros do crédito à habitação constitui-se como uma medida assertiva e eficaz, com vista a garantir uma melhor qualidade de vida dos açorianos e que já chegou a 300 famílias”.

A parlamentar realça que “a medida se traduz na promoção da estabilidade dos titulares de crédito à habitação própria permanente perante o impacto significativo que implica nos seus rendimentos pelo aumento das responsabilidades mensais face ao aumento das taxas de juro”, frisou.

O novo regulamento de atribuição de apoio financeiro ao pagamento das prestações do crédito à habitação entrou hoje em vigor.





# PSD DESTACA AUMENTO DO INVESTIMENTO NA ILHA TERCEIRA



O PSD da Terceira destacou o aumento do investimento previsto para a ilha na Anteproposta do Plano Regional Anual para 2024, frisando que “são cerca de 157,4 milhões de euros, 28% a mais em relação a 2023, ou seja, há um crescimento de 34,8 milhões de euros”.

Os social-democratas elencam as várias áreas em que “o Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) aposta para melhorar a vida dos terceirenses, como acontece com a manutenção do parque escolar, dando prioridade às Escolas Secundárias Jerónimo Emiliano de Andrade e Vitorino Nemésio e às Escolas Básicas e Integradas dos Biscoitos e Francisco Ornelas da Câmara, que na última década não viram qualquer manutenção, chegando-se ao ponto de haver infiltrações dentro das salas de aulas, e que agora, finalmente, têm obras”.

“Na Aerogare Civil das Lajes, mais de 3 milhões de euros vão assegurar o projeto de ampliação daquela infraestrutura, a reparação e substituição do revestimento da sua cobertura, a reabilitação do antigo

hangar ‘Navy’, a aquisição de equipamentos de rastreio de segurança aeroportuária, assim como de uma estação meteorológica automática. Novos fluxos turísticos poderão ser assegurados, pois vai haver melhores condições para as acessibilidades aéreas de e para a Terceira, com natural reflexo em toda a Região”, consideram.

Também previsto está “um significativo investimento nas estruturas portuárias da nossa ilha, com mais de 5 milhões de euros para o Porto das Pipas, a Marina e a Baía de Angra do Heroísmo e para o Porto da Praia da Vitória. Este Governo quer assegurar melhorias também para a acessibilidade marítima na Terceira”, refere o PSD local.

Segundo os social-democratas terceirenses, o Plano Regional Anual para 2024 “assume-se como um documento de continuidade nas prioridades do Governo Regional, também noutras matérias que se refletem no dia-a-dia da Terceira, como sejam a manutenção do diferencial fiscal, sendo os Açores a Região do país com os impostos mais baixos, ou ainda a manutenção da Tarifa Açor-

res, que tem permitindo uma mobilidade interna sem memórias em toda a Região”.

“Nos dois primeiros anos de governação do atual Executivo, “o investimento público executado na Terceira foi de 172, 9 milhões de euros, mais 32% em relação ao executado nos dois primeiros anos do último governo socialista, e mais 48% em relação à legislatura anterior a essa”, recordam.

“E, em 2023, a execução referente ao primeiro semestre foi de cerca de 40%, a melhor taxa de execução já alguma vez registada, o que demonstra bem a capacidade de cumprir os investimentos previstos, por parte do Executivo açoriano”, reforçam.

“Aliás, foi com este Governo Regional da Coligação que entrou em funcionamento a Unidade de Radioterapia da Ilha Terceira, que avançaram a empreitada de minimização de riscos hidrológicos na Grota da Lagoinha e a empreitada de requalificação da Ribeira da Vinha Brava, que se assegurou a certificação em Welfare Quality do Matadouro, e que arrancaram o prolongamento do

abastecimento de água nas Veredas e a empreitada de abastecimento de água à lavoura na Canada da Quinta, na Bacia Leiteira do Paúl, esta beneficiando quase 48 hectares e 14 explorações”, explicam.

“E foi, também, com este Governo Regional da Coligação que se resolveu o licenciamento do Bairro dos Americanos, em Santa Rita, no valor de 1 milhão de euros, dando resposta a um problema com mais de vinte anos, assim como se avançou com o concurso público para a construção de habitação em São Brás, num investimento de 2,4 milhões de euros, dando resposta a um imbróglgio que se arrastava desde 2004”, acrescentam.

Para o PSD da Terceira, “há uma certeza no empenho e na prioridade assumidas por este Governo Regional, que visa sempre a melhoria das condições de vida dos açorianos em geral e da Ilha Terceira, e das restantes, pelo que acreditamos que o próximo ano será auspicioso em matéria de investimento público nesta terra”, concluem.



# Povo Livre

Número 525 • 19 de Setembro de 1984 • Preço 30800

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: MANUEL PEREIRA

MOTA PINTO NO ENCONTRO DE AUTARCAS DO PSD

## É FUNDAMENTAL A UNIDADE DO PARTIDO



«A Social Democracia significa abrir o sistema»

Mota Pinto declarou, no Porto, que os sociais-democratas não fazem do Poder Local, um campo onde se podem cortar parcelas em favor de um novo partido.

«Quando alguém pensa que com lamentações e em deslocações às autarquias consegue algo, está errado, porque isso nada pode contra a fibra dura dos portugueses» — acrescentou.

Mota Pinto falava na sessão de encerramento do Encontro Nacional dos Autarcas Sociais-Democratas que sábado e domingo decorreu no Porto, com a presença de cerca de duas centenas de presidentes de câmara e autarcas.

Mota Pinto considerou «fundamental que o PSD se mantenha unido», precisando que os sociais-democratas «não devem deixar que se instalem no partido tendências organizadas ou institucionalizadas».

«O PSD não recebe lições de quem quer que seja em termos de Poder Local,

pois, o Partido Social Democrata continua e continuará a ser o maior na área do poder autárquico».

Após considerar que está consciente de que em 1985 o PSD aumentará a sua influência ao nível do Poder Local, o líder dos sociais-democratas apelou à união de esforços no seio do partido por forma a que «a influência do PSD na vida política nacional seja igual ao seu peso político».

Os sociais-democratas sentem que as suas prioridades são claras, ou seja sustentar e apoiar uma solução que garanta um governo para Portugal e evitar um vazio político, mas não na perspectiva de ocupar o poder só por ocupar, mas sim no sentido de mudança — disse.

«Da minha parte, como já disse repetidamente, nunca existirá qualquer iniciativa no sentido de fazer reuniões de grupo de mili-

tantes partidários que defendem esta ou aquela posição», sublinhou Mota Pinto.

O presidente do PSD afirmou que «num país onde há Estado a mais, burocracia a mais e conquistas dadas pelo PC a mais, a Social Democracia significa abrir o sistema».

«Os sociais-democratas têm pela frente duas importantes batalhas: eleições autárquicas e presidenciais, por isso é necessário o empenhamento de todos» — apelou.

A este propósito, Mota Pinto referiu que estes dois actos eleitorais «não pretendem no entanto, ser uma cortina de fundo para a união no seio do PSD, mas sim uma regra de conduta».

Referindo-se a algumas mudanças efectuadas pelo actual executivo, adiantou que a abertura da banca ao sector privado «não é um

processo fácil, mas sim um pouco lento».

«A alteração à lei do arrendamento, que poderá suscitar uma certa impopularidade mas que é de grande futuro, irá ser discutida na Assembleia da República em Outubro. Trata-se de um projecto conjunto dos dois partidos da actual coligação» — frisou.

Mota Pinto considerou a necessidade de reprivatizar algumas empresas de capital misto e relativamente a legislação laboral sublinhou que terá de ser feita «uma alteração equilibrada, e não restauracionista».

No referido Encontro, cujas conclusões publicamos nas páginas 2 e 3, entrevistaram o secretário-geral do PSD, Antunes da Silva, o secretário nacional para as Autarquias, Duarte Lima, e os secretários de Estado do Desenvolvimento Regional e do Orçamento, Fernando Nogueira e Alípio Dias.

ANUNCIA ALÍPIO DIAS

## IMPOSTOS VÃO BAIXAR

O secretário de Estado do Orçamento, Alípio Dias, anunciou no Encontro Nacional de Autarcas Sociais Democratas, que no próximo ano haverá um «alívio da carga fiscal» no patamar dos rendimentos dos trabalhadores.

Alípio Dias falou pelo pelouro do Orçamento e referiu com optimismo que a reforma fiscal já está a trabalhar e que se encumpre prioritariamente a implementação do imposto sobre o rendimento. Anunciou que a lei orçamental prevê já algumas reformas nos impostos profissional e complementar e aligeirar o peso do fisco sobre a população.

Ainda em relação às previsões para o próximo ano, Alípio Dias manifestou-se esperançoso em que 1985 seja um «bom ano agrícola», o que poderá permitir «um grande desafogo à nossa economia», que deverá dispendir no ano em curso para cima de 130 milhões de contos apenas na importação de produtos cerealíferos.

Por outro lado, enquadrando-se nas medidas preconizadas, Alípio Dias anunciou que a política económica do Governo para o próximo ano deverá basear-se na contenção da queda da vida económica e, se possível, procurar a sua estabilização.

Por proposta de Mota Pinto

## REVISÃO DE INJUSTIÇAS E REINTEGRAÇÃO DE DIRITOS POR MILITARES

O Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei, elaborado por Mota Pinto, que permite aos militares vítimas de injustiça requererem a revisão da sua situação, desde que não tenham sido afastados do activo «sem prévia audição e direito de defesa ou recursos». O diploma, concretizado no âmbito do objectivo de constituir um «acto de pacificação e de reconciliação», aplica-se aos oficiais do quadro permanente dos três ramos militares, facultando a reconstituição da carreira «dentro de determinados limites justificados pelo afastamento efectivo durante uma década da vida militar».

## Balanço da acção do Governo da Madeira (III)

• Obras Públicas, Turismo e Cultura



Estação satélite no Funchal

(PÁGINAS 9 e 11)

EDIÇÃO N.º 525 do "Povo Livre" | 19 de setembro de 1984.

"Mota Pinto no encontro de autarcas do PSD. É fundamental a unidade do partido".



# CONVOCATÓRIAS PSD



**RECEÇÃO** TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: [convocatorias@psd.pt](mailto:convocatorias@psd.pt)

## DISTRITAIS

### VISEU

Nos termos dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Viseu, para reunir no próximo dia 30 de Outubro (segunda-feira) de 2023, pelas 21H00, no Solar dos Peixotos, em Viseu com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. 41º Congresso Nacional do PSD (revisão estatutária);
4. Outros assuntos

## SECÇÕES

### ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Espinho, para reunir no próximo dia 27 de Outubro (sexta-feira) de 2023, pelas 21H30, na Junta de Freguesia de Espinho, sita na Rua 23, nº 271-Espinho, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Prestação de contas;
2. Análise da situação Política Local e Nacional;
3. Sede do Partido;
4. Outros assuntos de interesse para o partido.

### GRANDOLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata PSD) convoca-se a Assembleia de Secção de Grândola, para reunir em sessão ordinária presencial, no próximo dia 25 de Outubro de 2023 (Quarta-feira), pelas 21H00 no Cineteatro Grandolense, sita na Rua Dr. Evaristo Sousa Gago 4 com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária.

### TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Tomar, para reunir no próximo dia 25 de Outubro (quarta-feira) de 2023, pelas 20H30 na Sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação, 57-A, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações e análise da situação política;
2. Grandes opções do Plano e Orçamento Municipal 2024;
3. Outros assuntos.

### VALE DE CAMBRA

Ao abrigo do art.º 54º dos Estatutos Nacionais do PSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Vale de Cambra, para reunir no próximo dia 4 de Novembro (sábado) de 2023, às 14H30 na Sede do partido, sita na Avenida Camilo Tavares de Matos, nº352-1º Dto-Vale de Cambra, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise sobre o mandato cessante;
2. Apresentação de contas;
3. Análise introspectiva do estado atual e objetivos para o futuro do Partido no Concelho;
4. Outros assuntos de interesse.

### VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se todos os militantes do concelho de Vale de Cambra, dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem no próximo dia 9 de Dezembro (sábado) de 2023, pelas 14H00, na Sede Concelhia do PSD de Vale de Cambra, sita na Avenida Camilo Tavares de Matos, nº 352, 1º Dto, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 14H00 às 17H00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD de Vale de Cambra.

A Sede Concelhia encontra-se aberta para o efeito das 21H00 às 24H00 do dia 6 de Dezembro de 2023.

### VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do PSD de Valongo para reunir, no próximo dia 18 de Novembro de 2023 (sábado), pelas 14H00, na Sede da Secção de Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880, Ermesinde, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHO

1. Eleição da Comissão Política de Secção de Valongo;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção de Valongo

Notas: As listas candidatas devem ser entregues, igualmente na Sede da Secção de Valongo, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção em exercício, ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 14H00 às 19H00.

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise e debate sobre situação política ao local;
2. Reflexão sobre a importância da participação dos jovens na vida política do partido.

### VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem em Assembleia, no dia 18 de Novembro (sábado) de 2023, pelas 14H00 na Sede Concelhia do PSD/Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas 800-Ermesinde, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Valongo.

Notas: A eleição decorrerá entre as 14H00 e as 19H00.

As listas devem ser apresentadas ao Presidente da Comissão Política do Núcleo ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede do PSD/Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880-Ermesinde.

## NÚCLEOS

### SÃO FÉLIX DA MARINHA

Na qualidade de presidente da Comissão Política do Núcleo do PSD de S. Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia, venho solicitar a publicação no Povo Livre da convocatória da Assembleia de Militantes do Núcleo do PSD de S. Félix da Marinha para o dia 6 de Novembro (segunda-feira) de 2023, pelas 21H15 a realizar no Salão Nobre da Junta de Freguesia de S. Félix da Marinha, sita no Largo da Igreja n.º 45, S. Félix da Marinha com a seguinte:

## CONVOCATÓRIAS JSD



**RECEÇÃO** SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 |  
Email: [jsdnacional@gmail.com](mailto:jsdnacional@gmail.com)

### II CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o II Conselho Distrital da JSD Lisboa AM, para reunir no próximo dia 26 de outubro (quinta-feira), pelas 20h30, na Sede Distrital do PSD Lisboa, sita na Praça São João Bosco 3B, 1350-295 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Revisão Estatutária do PSD;
- 3 – Outros Assuntos.

### V CONSELHO DISTRITAL DE VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se, Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Viseu, para reunir no próximo dia 4 de novembro de 2023 (sábado), pelas 14:30, na sede do PSD/JSD Viseu, sita na Rua Eng. Lino Moreira Rodrigues, Loja n.º 9 – Edifício Vasco da Gama, 3510-084 Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política Atual;
- 3 – Aprovação do local, data, horário e regulamento do VI Congresso Distrital de Viseu.
- 4 – Outros assuntos.



### ERRATA

#### I CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o I Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Aveiro do mandato 2023/2025, para reunir no próximo dia 21 de outubro de 2023 (sábado), pelas 11h00m, na NEVA - Núcleo Empresarial de Vagos, sita na Centro Social e Administrativo da ZIV, Lote 141, 3840- 385 Zona Industrial de Vagos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação dos delegados da JSD Distrital de Aveiro à Assembleia Distrital do PSD de Aveiro;
- 2 – Informações gerais: relatório quadrimestral de atividades e contas da Distrital;
- 3 – Tomada de posição sobre as propostas de revisão estatutária do PSD;
- 4 – Aprovação do Plano de Formação Distrital;
- 5 – Auscultação sobre o Regulamento de Indicações da JSD;
- 6 – Outros assuntos.

### BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Braga para a eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário da Concelhia da JSD Braga, no próximo dia 17 de novembro de 2023, pelas 18 horas, na Sede do PSD da Concelhia de Braga, sita no Largo da Senhora-a-Branca, nº116, 4710 – 926 Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário da Concelhia de Braga da Juventude Social Democrata.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 18h:00m e as 22h:00m.

As listas deverão ser entregues na morada supracitada, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23:59 horas do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

### PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Penafiel, para reunirem no dia 27 de outubro de 2023, pelas 21h15m, na Sede da junta de freguesia das Termas de São Vicente na Alameda Dona Rosa Branca Archer, n.º 129, 4575-367 Termas de São Vicente com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Análise da situação política.

### VILA POUCA DE AGUIAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Concelhia de Vila Pouca de Aguiar para reunir dia 30 de outubro (segunda-feira), pelas 20h45, a realizar na sua sede, sita na Rua Dr. Mota Pinto nº10, Vila Pouca de Aguiar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Leitura e aprovação da ata do Plenário anterior;
- 2 - Informações;
- 3 - Análise da situação política concelhia, distrital e nacional;
- 4 - Outros assuntos.